



OFICINA DO CES

ces

Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

ELÍSIO ESTANQUE

DESIGUALDADES, TECNOLOGIA E REVOLUÇÃO

**Maio de 2018
Oficina n.º 442**

Elísio Estanque

Desigualdades, tecnologia e revolução

**Oficina do CES n.º 442
Maio de 2018**

OFICINA DO CES

ISSN 2182-7966

Publicação seriada do

Centro de Estudos Sociais

Praça D. Dinis

Colégio de S. Jerónimo, Coimbra

Correspondência:

Apartado 3087

3000-995 COIMBRA, Portugal

Coordenação:

Fernando Fontes

Elísio Estanque*

Desigualdades, tecnologia e revolução**

Resumo: Partindo de um quadro de amplas transformações tecnológicas e de mudanças no mundo do trabalho, nomeadamente no sentido da precarização e segmentação, este artigo pretende colocar em evidência a complexidade que lhes é inerente e os impactos na classe trabalhadora. São identificados os paradoxos e atitudes ambivalentes gerados pelas transformações em curso, dando conta das novas tendências e discutindo as suas implicações para a ação coletiva. Assim, são explorados um conjunto de tópicos relacionados com o papel da luta de classes e da classe trabalhadora na transformação social, tomando-os como base para discutir o legado marxista e o sentido atual do conceito de revolução.

Palavras-chave: classes, desigualdades, revolução, trabalho, tecnologia.

Como se sabe, os clássicos da sociologia preocuparam-se com a sociedade moderna, da sua funcionalidade racional à sua transformação, fosse por via da ação institucional ou da mudança revolucionária. Marx, Weber e Durkheim debateram os desafios e problemas que a sociedade industrial começou a enfrentar logo na primeira metade do século XIX. Lado a lado com a Revolução Industrial e tecnológica agravaram-se as desigualdades sociais e expandiu-se com preocupante rapidez o conflito de classes, entre trabalhadores e capitalistas. Sabemos por outro lado o quanto o capitalismo global do século XXI tem vindo a ilustrar a gravidade das contradições estruturais do sistema mundial e da matriz económica que as provoca. É neste quadro que procurarei levantar neste breve ensaio algumas questões relacionadas com o conceito de “revolução”, focando sobretudo a dimensão social mas sem perder de vista a vertente tecnológica (sendo esta entendida como um fator mediador e não como uma força determinante). Num momento em que a chamada Revolução 4.0 e os impactos da inteligência artificial, das redes informáticas e do trabalho digital se assumem como os principais desafios do presente século, é importante que a reflexão sociológica questione os seus impactos mudança social, em

* Sociólogo, professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos Sociais, Portugal. Contacto: elisio.estanque@gmail.com.

** O presente texto, com ligeiras alterações, encontra-se em publicação sob o título “Classe, tecnologia e revolução”, revista *Finisterra*, vol. 82-83, pp. 119-141.

especial no plano das desigualdades, no campo laboral e formas de organização e de luta de classes.

A celebração em 2017 do primeiro centenário da Revolução de Outubro abriu novas linhas de interpretação sobre os impactos sociopolíticos que esse acontecimento induziu ao longo dos últimos cem anos. São incontáveis as influências políticas, os impactos sociais, viragens reformistas, movimentos sociais e as controvérsias ideológicas que se multiplicaram no mundo a partir do triunfo dos bolcheviques e do legado político-ideológico do marxismo-leninismo. Se é verdade que todos esses aspetos se relacionam com o mundo do trabalho, tal não impede que se deva separar o estudo histórico da revolução russa da concetualização teórica e doutrinária que inspirou o movimento comunista. Embora tendo como pano de fundo a referida celebração, o objetivo deste artigo não é incluir uma análise histórica ou sociológica da Revolução Soviética em concreto, mas antes reunir um conjunto de tópicos relacionados com o papel da luta de classes e da classe trabalhadora na transformação social. Entre esses tópicos, que se presumem direta ou indiretamente ligados, destacam-se: (1) uma breve nota em torno da questão da “classe”, onde se propõe uma releitura do conceito a partir do contraponto entre Karl Marx e Max Weber; (2) um segundo tópico centrado no trabalho e nos seus paradoxos, no contexto de uma economia globalizada; (3) o terceiro tópico é sobre a inovação tecnológica e a “revolução digital”, e faz referência às profundas alterações que essa vertente vem imprimindo no campo laboral; e finalmente (4) uma curta nota em torno da noção de “revolução”, aqui questionada entre o conceito e a realidade sociopolítica em que tais processos se enquadram.

1. A questão da classe, entre Karl Marx e Max Weber

O conceito central que aqui pode ser mencionado é o de *classe operária* (ou proletariado) enquanto sujeito de mudança revolucionária tal como foi pensado por Marx e Engels no *Manifesto comunista* (1848). No entanto, é necessário, cem anos após a experiência excepcional que foi a Revolução Bolchevique, não só reavaliar o significado histórico da revolução russa – um aspeto que sai fora dos objetivos deste texto –, mas também repensar a “classe” hoje, quer como conceito quer como “ator coletivo”. A presunção marxista de que o sistema capitalista iria ser cada vez mais contestado, quer devido às suas próprias contradições estruturais, quer devido à ação revolucionária da classe operária (ou proletariado), parece longe de se verificar.

Se a teoria marxista da “luta de classes” (materialismo histórico) teve o impacto e adesão que teve no mundo, tal deveu-se à simplicidade da sua mensagem emancipatória e à tendência ancestral do senso comum de recusar a complexidade dos fenómenos. Sobretudo a partir do pós-II Guerra Mundial, perdeu força política a ideia do operariado como “classe-para-si” determinada pela infraestrutura económica. É certo que permaneceram as conexões entre a acumulação de riqueza dos muito ricos e a reprodução da pobreza das camadas mais desapossadas, mas a classe trabalhadora revelou-se incapaz de travar essa tendência. Antes aderiu ao Estado de bem-estar e legitimou o “compromisso histórico” com o *status quo* capitalista.

Mais recentemente, o fenómeno da globalização não parou de agravar as desigualdades ao longo das últimas três décadas. Mesmo admitindo que os mais pobres e miseráveis estão hoje menos pobres e miseráveis do que no passado, a distância entre as camadas mais pobres e a situação privilegiada dos mais ricos não parou de aumentar. Muito embora o tempo das “vanguardas” se tenha esgotado – devido à crescente segmentação, precariedade e fragilização dos trabalhadores e do campo sindical –, continua a ser importante ter à mão o “baú” dos conceitos marxistas para atualizar a leitura crítica do capitalismo global.

Por outro lado, apesar das divisões e injustiças do mundo, este continua a ajustar-se aos ditames do mercado e do capitalismo, inclusive com o consentimento e o papel ativo dos grupos subalternos. Os pobres – e mais explorados – são em geral os que mais aceitam e admiram o poder e riqueza das elites privilegiadas. Assim, as dificuldades em suplantar a ordem capitalista só podem compreender-se indo além do pensamento de Marx. Daí a necessidade de convocar um outro clássico das ciências sociais, igualmente estudioso do capitalismo e das formas de dominação. Max Weber fornece-nos uma outra perspetiva sobre o conceito de “classe” nas sociedades modernas. Durante muito tempo obscurecido pelas promessas emancipatórias do marxismo, Weber voltou a ganhar relevo sociopolítico à medida que a realidade do mundo, nomeadamente as profundas mudanças no campo produtivo, pôs em evidência os limites do campo marxista no plano da análise social, e revelou os seus efeitos perversos no plano político-doutrinário.

Ao procurar conjugar aqui a temática do trabalho com a tecnologia e as suas implicações (reais ou potenciais) na ação política, pretendo também questionar as nuances

do conceito de “classe”, desde logo, chamando a atenção para a sua natureza controversa.¹ Já sabemos que critérios como o controlo da propriedade dos meios de produção, a posição de poder que daí deriva e a exploração que decorre da relação entre assalariados e proprietários, são os fatores que o marxismo sustenta como os fundamentos que definem uma classe social. É ainda relevante a concetualização de Nicos Poulantzas acerca da “determinação estrutural das relações entre as classes”, ou seja, a necessidade de pensar a classe a partir da conexão estrutural entre os três critérios que presidem à definição: o económico, o político e o ideológico. Por outras palavras, como sublinhou este sociólogo, não faz sentido pensar que as “classes” precedem a “luta de classes”, pois, segundo esta visão, a luta de classes já está presente no próprio ato de constituição da classe (Poulantzas, 1971).

Numa linha diferente, vale a pena uma referência a Max Weber, por ter oferecido uma conceção diferente acerca das desigualdades e da noção de “classe”. Partindo da premissa de que as desigualdades correspondem a uma distribuição desigual de recursos de poder na sociedade, Weber coloca a ênfase no volume e peso relativo de cada um desses recursos (riqueza, prestígio e poder), definindo a “classe” como “um componente causal específico que define as oportunidades específicas” de um determinado conjunto ou categoria de indivíduos. Deste modo, Weber estabelece os parâmetros onde se desenrolam as trajetórias de vida e oportunidades de cada um (ou, se preferirmos, de cada família/grupo doméstico), processo feito de experiências partilhadas que o próprio designou por “classe social”. A “classe” corresponde, assim, à estrutura de relações sociais onde cada um de nós se insere e que, no fundo, tende a perpetuar. A partir desta conceção será possível não só questionar o conceito marxista de “luta de classes”, designadamente o princípio vanguardista da “consciência de classe”, indo ao encontro de leituras “pós-marxistas”, nomeadamente as que colocam a tónica não na “consciência” mas na “identidade” enquanto fator impulsionador da ação coletiva – Pierre Bourdieu (1989) ou Ernesto Laclau (1996) demonstraram-no. Isso pressupõe reconhecer um papel mais alargado às forças do mercado, em particular ao mercado de trabalho, uma dimensão que ganha relevo não apenas pelo seu papel decisivo na relação capital-trabalho, mas também no seio dos próprios trabalhadores. Ou seja, o aumento da concorrência entre “aptidões”, “habilidades”, “credenciais” e formas de “reconhecimento” (leia-se uma dada

¹ E recorde-se que Marx (pouco antes da sua morte) interrompeu o manuscrito na segunda página depois de ter iniciado um capítulo (último do Livro III de *O capital*) sobre o conceito de “classe social” (intitulado “As classes”).

condição de *status*) também se inscreve na classe. A classe assume-se, assim, sob a forma de “barreiras” que vão além da esfera económica e transcendem o nível da racionalidade e da “consciência”. A sua objetividade está para lá da mera riqueza económica (ou da sua ausência). Ao incorporar-se nos esquemas mentais de cada um, a condição de classe traduz-se em modelos comportamentais concretos (que podem ir do consentimento à resistência e protesto), mas é um campo muito mais plural do que indicam as abstrações marxistas. Em Max Weber, a expressão “consciência de classe” não faz sentido. Apesar de reconhecer que homens de uma mesma classe, principalmente de base económica, podem integrar “ações de massa”, Weber não deixa de considerar um equívoco tomar a classe como equivalente a uma comunidade. E demarca-se de Marx quando afirma que tal

não deve levar àquele tipo de uso pseudocientífico dos conceitos de ‘classe’ e ‘interesse de classe’ observado com tanta frequência, hoje em dia, e que encontra sua expressão mais clássica na afirmação de um autor talentoso, de que o indivíduo pode errar em relação aos seus interesses, mas que a ‘classe’ é ‘infalível’ em relação a esses interesses. (Weber, 1982: 216)

Manuel Carlos Silva foi um dos sociólogos portugueses que mais se preocupou em conjugar elementos de ambos os campos com vista a iluminar aspetos decisivos dos seus múltiplos estudos centrados nas desigualdades, na classe e na identidade (Silva, 2009; Silva e Sobral, 2013). Apesar das tensões constantes entre estes dois paradigmas de análise, da confluência entre ambos surgiram novas correntes de análise que marcaram o debate nas últimas décadas do século XX. Vale a pena realçar duas importantes perspetivas no campo da sociologia que se inserem nessa linha: o grupo ligado a John Goldthorpe e a escola francesa de Pierre Bourdieu. Rivais entre si, ambas as correntes trouxeram importantes contributos para a análise de classes e estratificação social. No primeiro caso, os estudos sobre mobilidade social e a classe média (os “Blackcoated Workers”), onde também Anthony Giddens exerceu influência, mostram não só o fenómeno da mobilidade social associado às lutas e à conflitualidade, nomeadamente no campo sindical, onde as profissões qualificadas e de funcionários do setor público foram os principais protagonistas na consolidação e conquista de estatutos intermédios. No segundo caso, Pierre Bourdieu inaugurou toda uma corrente que ajudaria a lançar nova luz sobre as lógicas de reprodução e de poder simbólico nos processos de estruturação das

desigualdades e das classes. Conceitos-chave como o de “habitus” e de “capital social” tornaram-se familiares à linguagem sociológica em praticamente todo o mundo. O legado da escola “bourdieuana” estendeu-se da sociologia da educação à sociologia das classes e penetrou em equipas e instituições definidoras das novas taxonomias das profissões.

Pode admitir-se, com Pierre Bourdieu (1989), que a construção da classe foi sempre um processo complexo que, em certos momentos históricos, exprimiu a combinação dialética entre a “classe no papel” e a “classe em ação”. Dito de outro modo, entre a *narrativa* da classe trabalhadora como sujeito político e a luta política revolucionária, conduzida pelo movimento operário, houve seguramente contaminações recíprocas. Mas mais do que a *consciência de classe* inerente a uma *essência* proletária, importa realçar – na linha de Edward Palmer Thompson – a experiência e as relações culturais e de convívio nos bairros operários ingleses do século XIX como o principal elemento estruturante da identidade da classe trabalhadora.

Ora, é a partir deste tipo de questões que pretendo com o presente artigo desenvolver uma breve reflexão sociológica, equacionando os aspetos do legado histórico da Revolução Russa e do pensamento marxista com a realidade atual do mundo laboral, e em particular tendo em atenção os novos contornos e segmentações que hoje se desenham no seio da classe trabalhadora mundial. Se o famoso lema comunista “Proletários de todo o mundo, uni-vos!”, apesar da inegável e impressionante influência que teve ao longo do século XX, nunca ganhou um verdadeiro alcance global, é, pelo contrário, o grande capital internacional que tem demonstrado maior capacidade de articulação enquanto o trabalho sofre com a crescente segmentação e flexibilização induzidas a partir das forças do mercado com auxílio das novas tecnologias e do trabalho digital. É importante atender às impressionantes conquistas alcançadas na segunda metade do século passado, sobretudo à sombra de um modelo de Estado providência, ao qual aliás não foi alheia a referência dissuasora de um movimento operário em parte ainda contaminado pelo legado da Revolução Bolchevique.

2. Paradoxos em torno do trabalho

Ao longo das últimas décadas o campo laboral vem sofrendo uma profunda transformação, em boa medida, sob a égide do novo paradigma económico da globalização neoliberal. A classe trabalhadora sofreu uma metamorfose de fundo, em especial desde a segunda metade do século XX. E isso remete-nos para a centralidade do trabalho assalariado. É tanto assim que pode dizer-se que o direito do trabalho e o

sindicalismo estão hoje à beira do desmantelamento na maioria dos países ocidentais. Os novos trabalhadores qualificados são forçados a ser “empreendedores” da sua própria precariedade, fazendo sentido a pergunta: Estaremos a caminho de um novo mundo feliz apoiado na robótica e na inteligência artificial ou, pelo contrário, o atual *precariado* (Standing, 2014) pode vir a tornar-se o novo protagonista da conflitualidade social do século XXI? O “vírus” revolucionário gerado pelo movimento comunista (e anarquista) no início do século passado será capaz de contaminar esses novos setores da força de trabalho de modo a abrir caminho a uma nova vanguarda? Há quem analise as tendências atuais de degradação do trabalho como um processo de proletarização massiva que se estende do trabalho manual para o setor dos serviços (Antunes, 1999; Huws, 2009; Braga, 2017). Todavia, nem mesmo as visões mais radicais e críticas do capitalismo global vislumbram um novo sujeito revolucionário comparável ao proletariado industrial da Inglaterra do século XIX.

Num momento em que a inovação tecnológica, o trabalho digital, a robótica e as mais diversas redes informacionais parecem inaugurar um novo ciclo de atividades e formas de prestação de trabalho, torna-se necessário questionar as alterações em curso no mundo do trabalho e os seus impactos na sociedade mais geral. O presente texto procura interpretar o sentido das mudanças ocorridas no mundo laboral, segundo uma perspetiva histórica. Desde a antiguidade que as formas de trabalho humano exprimiram um paradoxo que persiste até aos nossos dias: o trabalho pode significar sobretudo sofrimento e opressão ou oferecer-se como um campo de oportunidades e sentido criativo.

Ao longo da Idade Média, a antiga noção de *tripallium* (instrumento de tortura usado na era do Império Romano) colou-se à ideia de trabalho, imprimindo-lhe atributos conotados sobretudo com violência e sofrimento. Porém, tal conotação evoluiu ao longo dos séculos e, à medida que o mundo ocidental se foi secularizando, o trabalho foi adquirindo um sentido positivo. O triunfo da racionalidade trouxe consigo o reconhecimento do papel da economia e do mercado como fatores de progresso, donde resultou uma nova valorização do campo produtivo. A velha conotação negativa, próxima de servidão, que revestiu o trabalho durante tantos séculos, abriu-se a novos horizontes. O trabalho tornou-se a atividade do *homo faber*, isto é, aquele que transforma a matéria-prima e cujo saber-fazer contribui para o avanço da sociedade. Com a entrada no século XVIII e o crescimento das ideias iluministas o trabalho ganhou finalmente o merecido reconhecimento social. Pode dizer-se que as componentes artística, técnica e económica sempre foram indissociáveis da produção. Mas é sabido que, desde a era do artesanato à

era da “economia digital” dos dias de hoje – passando pelo taylorismo, fordismo e toyotismo –, o triunfo do regime fabril foi expurgando do seu seio os velhos fatores intrínsecos ao trabalho do “artífice”, como as habilidades, a criatividade e o controlo do processo produtivo.

Com a emergência do capitalismo moderno o “trabalho assalariado” assumiu um lugar central nos países ocidentais, designadamente pela relação conflitual que estabeleceu com o capital, dando lugar às duas principais forças que estiveram na génese do modelo de «sociedade industrial» e de todas as mudanças vertiginosas que daí resultaram. Com efeito, a rápida transformação social desencadeada a partir da Revolução Industrial na Inglaterra pôs em evidência uma relação conflitual que, paradoxalmente, erigiu a classe trabalhadora no principal ator coletivo da modernidade. Um ator que resistiu, enquanto classe espoliada, ao mercantilismo selvagem que serviu de suporte à rentabilização da inovação técnica da I Revolução Industrial, mas que mais tarde, já na segunda metade do século XX, serviria de berço às novas classes médias assalariadas. Em filmes clássicos como o *Metropolis* (Fritz Lang, 1925), a classe trabalhadora é remetida para um submundo opressivo, alimentando com a sua energia produtiva a ganância lucrativa de capitalistas sem escrúpulos, enquanto o célebre *Tempos modernos* (Chaplin, 1936) retrata a alienação do trabalhador, despido de criatividade e de razão, ao serviço das novas cadeias produtivas apoiadas na maquinaria moderna. A grande linha de montagem desenvolvida por Henry Taylor foi grandemente responsável pela fantástica expansão do capitalismo industrial na entrada do século XX, mas ao mesmo tempo criou (pelo menos no Ocidente) um fosso abissal entre as duas classes responsáveis pelo crescimento económico no capitalismo.

O modelo keynesiano do pós-guerra e o regime de produção fordista, em boa parte induzidos pelo trauma da II Guerra e pelas contradições da Guerra-fria (entre as quais o temor da revolução e do socialismo), funcionaram como uma espécie de extensão institucional das vigorosas lutas sociais herdadas do operariado do século XIX e início do século XX. Este “pacto” entre as duas classes antagónicas deu lugar a um capitalismo “de rosto humano”. A coesão social que entretanto começou a criar-se foi em boa medida fundada na trilogia: Estado providência, inovação técnica e competição produtiva, e daí a ilusória premissa da meritocracia. A filosofia humanista e a ideologia social-democrata justificaram então a consolidação dos direitos laborais e a segurança no emprego, apresentados como as vantagens da democracia ocidental em relação à obscura e ameaçadora alternativa, vinda do socialismo soviético. Taylorismo e fordismo

estimularam a massificação da produção e do consumo, favorecendo o crescimento económico e a paz social, caucionada pelo campo sindical. Enquanto o fordismo ofereceu às massas de consumidores e trabalhadores níveis de vida satisfatórios, as expectativas foram-se ajustando às necessidades da economia e a sociedade de consumo pôde harmonizar-se, resguardada por uma espécie de “individualismo positivo”, protegido pelo Estado e os seus sistemas sociais. Foi o tempo dos trinta gloriosos anos de crescimento que estimulou o tão detestado (por alguns) “emburguesamento” da classe trabalhadora (na verdade, a sua maior conquista até hoje). O chamado “toyotismo” e as novas formas de produção flexível chegaram a simular um horizonte de maior “autonomia”, liberdade e democracia laboral, invocando uma “cultura de empresa” promotora de harmonia e bem-estar, mimetizada a partir da experiência japonesa. Mas a expectativa positiva quanto à “flexibilidade” do trabalho e ao neocorporativismo fundado no “espírito da casa” foram sol de pouca dura. Um modelo que na verdade não chegou a existir em Portugal, e a própria *narrativa* desapareceu aos primeiros sinais de crise.

2.1. O paradigma neoliberal

Com a globalização neoliberal e a revolução informática entrou-se numa nova era (fala-se agora da IV Revolução Industrial ou *Indústria 4.0*). Mas lado a lado com a inovação tecnológica surgiram novos desafios, dificuldades e condições opressivas para a classe trabalhadora. O trabalho a termo, o subemprego, o *part-time*, os salários miseráveis, as práticas despóticas e a precariedade que incidem sobre a esmagadora maioria da força de trabalho contrastam com os ganhos chorudos e todo o tipo de benesses de diretores, CEOs e dirigentes do sistema bancário. A recente crise e as políticas de austeridade aceleraram drasticamente o novo liberalismo regressivo no mundo laboral, aumentando as desigualdades e revertendo o trabalho em mera mercadoria (como nos tempos de Marx). O velho conceito de “emprego” ou a ideia de “carreira profissional” ganharam nos dias que correm um novo sentido, ou melhor, perderam sentido. Neste contexto, começaram a desenhar-se novas paisagens no mundo laboral, levando as novas gerações que vão chegando ao mercado de trabalho a desenvolver uma atitude ambivalente, entre a apreensão e a resignação.

A tecnologia não constitui, como se sabe, o elemento determinante das formas de trabalho, mas é sim um fator de produção que o sistema económico adapta na prossecução da melhor rentabilidade. A ameaça do maquinismo sobre os postos de trabalho remonta a esse período, chegando a desencadear lutas operárias como o movimento “Ludista” que

ficou na história precisamente pela ação bombista de grupos radicais contra os novos equipamentos fabris. No entanto, paradoxalmente, esse radicalismo da ação operária dirigiu-se não tanto contra o capitalismo e a exploração desenfreada das primeiras décadas do século XIX, mas antes contra a introdução da nova maquinaria, que ameaçava reduzir os postos de trabalho.

Sabe-se que as máquinas podem substituir a força humana e o trabalho rotineiro, mas o paradigma dominante nunca aceitou a criação de mecanismos sociais que assegurem o reinvestimento dos dividendos lucrativos em novas atividades produtivas geradoras de emprego (muito menos o emprego digno e edificante proposto por organizações como a OIT). É justamente por essa razão que as ciências sociais e os velhos manuais de sociologia do trabalho há muito denunciaram o “determinismo tecnológico”, por ser um princípio suscetível de equívocos. A tecnologia não se autodetermina. É antes um subproduto das lógicas do poder, em particular do poder económico, atualmente o principal motor da concentração de riqueza nas mãos de poucos. Tal como no passado, a inovação técnica destrói e ao mesmo tempo ajuda a reinventar novas atividades, serviços e empregos. Foi dessa forma que a “economia dos serviços” transcendeu a atividade industrial e o trabalho manual, do mesmo modo que estes haviam suplantado a economia agrícola. Se o desenvolvimento tecnológico favorece ou não a perda de emprego é, pois, uma questão em aberto. Depende da correlação de forças e das políticas a adotar pelos governos, Estados e da capacidade reguladora das instituições.

Mas ainda que se rejeite o princípio do determinismo tecnológico (Friedman e Naville, 1961), é inegável o impacto das novas tecnologias, da robótica e do trabalho digital nos modelos laborais, sobretudo nos tempos mais recentes. O problema que temos vivido deriva de a lógica de acumulação se ter “descolado” da economia real, transferindo-se para a esfera do capitalismo financeiro, permitindo que este entrasse, por assim dizer, “em roda livre” (inclusive fugindo às suas responsabilidades fiscais e sociais). Em tese, seria possível que tudo fosse diferente. Que os resultados do crescimento económico pudessem ser canalizados para a sociedade, através de programas sociais eficazes (corolário de um sistema fiscal progressivo e de um controle efetivo das fugas de capital e do combate aos paraísos fiscais) e políticas de reposição salarial. Em tais condições seria ainda possível – em tese – estimular a capacidade inventiva de modo a incorporar e recriar as novas plataformas digitais e os novos meios informáticos ao serviço do empreendedorismo, da criação de melhor emprego, de mais tempo livre dedicado à família, à cultura e ao lazer, etc. Seria possível, em suma, aumentar a

produtividade e a riqueza nas nações, sem que tal significasse uma maior sujeição e exploração dos trabalhadores. Para isso a sociedade teria de ser diferente. E os atores de uma mudança política profunda – e radical – não se vislumbram no horizonte.

2.2. Empreendedorismo e as promessas das *startups*

A recente euforia em torno das *startups*, nomeadamente com as *Websummit* que reuniram em Lisboa (em 2016 e 2017) milhares de investidores e especialistas e também com o anúncio de financiamentos volumosos por parte do Governo português, aumentou as expectativas em torno do fenómeno. Empresas americanas como a Paypal (1998) inauguraram este novo conceito, que assim se expandiu associado ao crescimento imparável da revolução informática e das plataformas digitais. A *startup* não é necessariamente uma empresa baseada em tecnologia de ponta, internet, computação, etc., mas também pode sê-lo. O conceito refere-se a uma organização inicial em busca de um modelo de negócios lucrativo e capaz de crescer rapidamente, desdobrando sucessivas escalas na sua expansão (Yuri Gitahy *apud* Zambrana, 2016), embora a dinâmica desses processos dependa cada vez mais do papel das redes informáticas. Em Portugal nasceram mais de 300 mil *startups* entre 2007 e 2015, sendo que 67% delas sobreviveram além do primeiro ano de vida, 52% atingiram os três anos e apenas 41% chegaram ao quinto ano de vida. Segundo um relatório da D&B, só em 2015 foram criadas 35 555 empresas com esse estatuto, sendo que por cada empresa encerrada foram criadas em média 2,2. Representam 7,1% das novas empresas, sendo os setores mais representados as telecomunicações, agricultura, pecuária e pescas. Nesse ano, o segmento das *startups* foi responsável por 18% dos novos empregos criados, mas, segundo a D&B, se considerarmos o período entre 2010 e 2015, esse valor sobe para 43% do emprego gerado. Os setores económicos dos serviços, nomeadamente em áreas como a venda a retalho, alojamento e restauração, são também importantes, embora a taxa de sobrevivência seja mais baixa nestes setores do que, por exemplo, em atividades ligadas à agricultura, pesca e caça, onde a esperança de vida das empresas é maior.

3. Inovação, digitalização e segmentação do trabalho

A economia digital apoia-se largamente nas redes virtuais e comunicacionais globais e pode dizer-se que se define na base dos seguintes traços principais: a irrelevância da localização geográfica; o papel decisivo das plataformas informáticas; a importância das ligações em rede; e o recurso a bases de dados digitalizadas. Estes aspetos distinguem-na

da economia tradicional, em especial como resultado da rápida transformação das cadeias de valor (Valenduc e Vendramin, 2016). A chamada *Indústria 4.0* caracteriza-se por:

- (i) Clientelização em massa, baseada no uso de tecnologias avançadas, com recurso a tecnologias em 3D na produção de *design* e protótipos a baixo custo, o que favorece a descentralização da produção para junto de potenciais clientes;
- (ii) Interconexão entre plataformas digitais facilitadoras de rapidez, com possibilidade de trabalho à distância e ofertas de serviços inovadores, nomeadamente através da internet das coisas;
- (iii) Desenvolvimento da robótica autónoma, difundindo uma nova geração de robots adaptáveis a diferentes contextos, necessidades e serviços;
- (iv) Redes de produção descentralizada geradoras de um ponto de viragem na organização produtiva, nomeadamente promovendo um maior equilíbrio de poderes entre grandes e pequenas empresas;
- (v) A fragmentação cada vez mais generalizada de funções produtivas e cadeias de valor numa escala global, aumentando o recurso ao trabalho digital;
- (vi) Reconfiguração e mistura de fronteiras entre indústria e serviços e entre produção e consumo (cf. World Economic Forum, 2016).

Estas tendências deixam antever viragens profundas na sociedade mas também algumas linhas de continuidade. Os novos modelos de negócio e formas de produção em cadeia, por exemplo, não deixam de obedecer a uma lógica de “refazer o pacote”, ou seja, prosseguindo o velho princípio de “o vencedor fica com tudo”. Quer isto dizer que uma larga parte da força de trabalho está de fora da inovação tecnológica ou torna-se na zona obscura do trabalho degradado que a alimenta. Por outras palavras, o sistema continua a fomentar a velha lógica dos antigos monopólios e oligopólios. Acresce que tudo isto ocorre num cenário geral de crescente fragmentação, precariedade e contenção salarial, o que torna o discurso eufórico em torno da revolução tecnológica e da digitalização um poderoso veículo da ideologia neoliberal (Castells, 1999 e 2013). Paralelamente, os novos equipamentos digitais não só aceleram enormemente os procedimentos como favorecem a “ilusão de escolha” (e, portanto, o sentido de liberdade e “distinção” por parte do cliente), ao mesmo tempo que permitem a partilha em economias de escala e o intercâmbio *inter paribus*. Os produtos e serviços digitalizados podem reproduzir-se a custos marginais quasi-zero graças às externalidades positivas, apesar de ainda não darem

completamente conta dos impactos externos negativos (em particular sobre o ambiente) (Valenduc e Vendramin, 2016). A robótica e o trabalho digital em geral têm sido apontados como os fatores responsáveis pela destruição de emprego (alguns relatórios preveem mesmo efeitos devastadores nesse campo). Um tal temor aconselha-nos a reler a história e a regressar a períodos do passado, onde as máquinas (a máquina a vapor, por exemplo) chegaram a tornar-se o principal alvo da fúria dos trabalhadores industriais. Seguramente que o emprego do futuro não será idêntico ao do nosso passado recente, tal como o emprego da segunda metade do século XX foi muito diferente do da I Revolução Industrial.

Estudos recentes da OCDE (OECD, 2016a e 2016b) apresentam um conjunto de áreas e atividades consideradas os principais “motores da mudança” para o século XXI, em curso nos países ocidentais. A partir de diversos indicadores foi possível aferir as prioridades e os resultados alcançados entre os países membros, estabelecendo distinções entre: (i) as novas tendências; (ii) horizontes e políticas de ação estratégica; e (iii) impacto das novas tecnologias.

Quanto ao primeiro aspeto (i – novas tendências), destacam-se alguns dos países que apostam mais nas “tecnologias em rede e digitalização”, com os Estados Unidos da América (EUA), o Reino Unido e a Alemanha no grupo onde estes setores já evidenciam ser os mais importantes na economia atual. Num segundo grupo assume maior importância a “mudança na natureza do trabalho com maior flexibilização”, englobando países como a França, a Itália, a Índia e o Japão; e finalmente um terceiro conjunto de países cujas novas tendências realçam sobretudo a “crescente entrada da classe média nos mercados emergentes”, surgindo aqui como os países mais ilustrativos o Brasil e a China.

No que se refere a políticas de ação estratégica (ii), a maioria dos países desenvolvidos parece estar a apostar em primeiro lugar na “requalificação dos trabalhadores atuais”, destacando-se aqui o Brasil (59%), a Alemanha (56%), o Japão (54%) e os EUA (51%). Apontam-se a seguir as medidas de “apoio à mobilidade e rotatividade”, aparecendo o Japão, o Brasil e a Índia como os que maior importância atribuem a este item. O impacto das novas tecnologias, por seu lado, afirma-se como mais importante no plano da “internet móvel e plataformas digitais”, seguindo-se as “energias alternativas e novos produtos verdes”, e em terceiro lugar o setor do processamento de dados.

Por fim, quanto ao impacto das novas tecnologias (iii), o resultado de todas estas transformações tem vindo a evidenciar uma crescente divisão entre: de um lado, os

outsiders, isto é, a maioria dos novos segmentos de força de trabalho “sobrequalificada”, que se emprega nomeadamente em setores como a restauração, hotelaria e turismo, construção civil, *call centers*, motoristas inseridos em empresas como a Uber e outras plataformas digitais, os trabalhadores a tempo parcial, tarefeiros, trabalho independente em regime de *freelancer*, trabalho digital e à distância; de outro lado, a minoria dos *insiders*, tais como especialistas em computação e programação, engenheiros informáticos e técnicos de *software* de grandes companhias, quadros superiores do sistema financeiro, engenheiros de bases de dados, experts em inteligência artificial e robótica, etc.

O mundo laboral está cada vez mais segmentado e os mercados internacionais cada vez mais competitivos e desregulados. Acentuam-se drasticamente as desigualdades salariais e na distribuição da riqueza. A globalização da economia trouxe consigo o aumento do tráfico de mão-de-obra, das redes criminosas de contrafação e trabalho escravo na escala internacional. Em 2015, numa operação policial em Barcelona foram detetadas mais de 400 pessoas, arregimentadas por máfias chinesas, a trabalhar em condições sub-humanas, 15 horas por dia, dormindo em sótãos e alimentados à base de arroz e massas, com a promessa de um salário de 25 euros por dia, em parte, reduzidos para pagamento às redes de tráfico. O trabalho destinava-se a mais de trezentas marcas de vestuário de alta gama, entre as quais a Zara, Stradivarius, Bershka, Pull&Bear, etc. (veja-se jornal *Diário de Notícias*, 13.12.2015).² Pode dizer-se que com a proliferação deste tipo de fenómenos, e os contornos particularmente dramáticos que vêm assumindo (em especial, nos continentes do hemisfério sul), estamos perante uma banalização de situações desumanas no campo laboral, isto é, tornando “normal” aquilo que há duas décadas diversos especialistas identificaram com o chamado “trabalho atípico” (veja-se Beck, 1992, 2000; Castel, 1998; Paugam, 2000; Hyman, 2002).

4. Ideias dispersas a propósito da palavra “revolução”

Perante todas estas contradições, o mínimo que pode dizer-se é que o significado social e político da Revolução Russa de 1917 carece de novas linhas de enquadramento que permitam libertar a análise dos preconceitos ideológicos que desde há cem anos rodeiam o tema. O regresso analítico ao *background* histórico da Revolução exige igualmente um

² Artigo “Máfia chinesa fornecia Zara e Desigual a partir de Barcelona” do *Diário de Notícias*, de 13 de dezembro de 2015. Consultado a 12.12.2017, em <https://www.dn.pt/sociedade/interior/mafia-chinesa-fornecia-zara-e-desigual-a-partir-de-barcelona-4927368.html>.

esforço epistemológico de revisitação ao próprio *background* concetual da noção de “revolução”. A complexidade evidenciada no presente texto destina-se precisamente a mostrar as profundas mudanças sociais ao longo do século XX – em especial nas últimas décadas e com particular incidência no campo económico, tecnológico e das relações laborais – cujo impacto na recomposição da classe trabalhadora se revelou devastador. Entretanto, os últimos cem anos, e em especial a implosão do regime soviético, também revelaram o lado fictício da imagem estereotipada da “revolução proletária”, que até meados do século passado permaneceu envolta numa aura de redenção (sobretudo nos meios operários e sindicais do mundo ocidental). Mas a vertigem revolucionária inspirada no socialismo soviético começou a confrontar-se com problemas de credibilidade, quando a ex-URSS – se viu abalada, primeiro com a denúncia do estalinismo e, em 1989, com o colapso abrupto do regime – se revelou como uma imensa fraude e um regime autoritário, repressivo e a diversos títulos desastroso.

É, pois, no quadro dessa realidade que poderemos aferir o sentido atual do conceito de “revolução”. Com isso, assim se espera, poderemos alcançar uma perspetiva de maior clarividência quanto aos porquês da “ideia de revolução” e da obscuridade a que foi votada no quotidiano consumista das classes médias e trabalhadoras das sociedades democráticas, sobretudo desde a segunda metade do século XX (veja-se Estanque, 2012). Nos primórdios mais longínquos da ideia de “revolução” estarão noções como a *mutatio rerum* (“mudar as coisas”) dos tempos do império romano, a de “guerra civil”, da pólis grega ou mesmo a noção platónica de “transmutação”, ou seja, como explicou Hannah Arendt (1963), a passagem de uma forma de governo a outra. Na origem latina da palavra – *revolutio ónis* – significa uma transformação rápida da sociedade ou viragem abrupta no poder político. A mudança política e a violência que lhe é muitas vezes inerente já eram características conhecidas na antiguidade, mas nem uma nem outra eram associadas ao surgimento de algo inteiramente novo. Aristóteles e Platão referiam-se à importância da “motivação económica” como justificação para o derrube de governos pelos ricos para instaurar oligarquias ou para o derrube de governos pelos pobres para instaurar democracias. Já naquela época os letrados sabiam que, por regra, os tiranos acedem ao poder com o apoio da plebe e que a melhor forma de o preservar é prometer aos pobres a igualdades de condições. Mas é só na era moderna que a “questão social” entra verdadeiramente em cena, e é então – quando a pobreza deixa de ser considerada inerente à condição humana – que a clivagem ricos/pobres emerge como principal fonte de

injustiça, suscitando a denúncia de setores crescentes da população, em especial aqueles que estavam condenados à miséria.

Mesmo antes do triunfo da Revolução Francesa e da difusão em larga escala das promessas progressistas do Iluminismo, já os desígnios da modernidade europeia vislumbravam os sinais emancipatórios de uma hipotética revolução social: primeiro, como a utopia em que as massas trabalhadoras se poderiam libertar dos grilhões da pobreza através do empreendedorismo individual, à imagem de um *Eldorado* oriundo do continente americano; e, segundo, tentando empreender um rumo socialista sob a influência da revolução triunfante na Rússia. Isto apesar de, à luz das teorias que a inspiraram, a revolução ter ocorrido no lugar errado.

Dito de outra forma, numa primeira fase da modernidade, a emancipação dos pobres na Europa, curiosamente, encontrou na Revolução Americana o maior exemplo de prosperidade. Exemplo esse que ofereceu aos clássicos da economia europeia (como John Locke e Adam Smith) o argumento para afirmarem a importância do *labor* e do trabalho duro como via para o enriquecimento individual e já não apenas como sinónimo de exploração. Mas apesar da permeabilidade do exemplo americano nos meios filosóficos do Velho Continente, as novas rebeliões das massas trabalhadoras ignoraram essa via. O contágio vindo do Novo Mundo só atravessou o Atlântico quando, já em finais do século XIX, lá explodiram as primeiras lutas operárias, aliás marcadas pela violência. O simbolismo do 1.º de Maio propagou-se, no entanto, não nos EUA mas na Velha Europa. Muito antes disso, porém, os impactos da Revolução Industrial inglesa abriram caminho ao movimento operário, com o qual as principais correntes revolucionárias europeias viriam a expandir-se. Mas, ao contrário da doutrina, não foi no capitalismo avançado que ocorreu a “revolução proletária”. Em que condições pode então ocorrer uma revolução?

Historiadores e cientistas sociais – como Theda Skocpol (1979), entre outros – reportam-se à Revolução como um processo onde se conjugam diversas revoltas populares, incluindo conflitos de interesses envolvendo o Estado, as elites e as classes trabalhadoras, e que tem como resultado uma alteração profunda das estruturas de classe e da sociedade. Para Charles Tilly, a Revolução corresponde a uma luta de poder entre dois ou mais grupos de interesses perante a impossibilidade de chegarem a um acordo dentro de um processo institucional num determinado sistema político e quando um dos parceiros controla recursos suficientes para empregar a força a fim de prosseguir os seus objetivos. Há três condições para se poder falar de revoluções: (1) quando existem claras discrepâncias entre o que os Estados exigem dos seus cidadãos melhor organizados e a

sua capacidade para fazê-los cumprir; (2) quando os Estados impõem exigências que ameaçam as suas identidades coletivas ou violam direitos associados a essas identidades; e (3) quando o poder dos governos visivelmente diminui em relação à força crescente dos seus opositores (Tilly, 1978: 284).

Conclusão

Uma das questões teóricas subjacentes a este artigo repousa na conexão – sempre tensa e ambivalente – entre, por um lado, a lógica da ação coletiva que é ativada pela dinâmica da “comunidade” ou do “movimento”, na qual, mais do que um objetivo explícito, pontifica a busca pela identidade ou o seu fortalecimento e, por outro lado, a lógica política dos núcleos orgânicos, normalmente agindo no quadro de correntes ideológicas pré-definidas, e cujos objetivos estratégicos estão, acima de tudo, focados no poder e na rutura política (seja ela revolucionária ou reformista). É, aliás, no âmbito desse tipo de tensões que se joga a visão sociológica quando ela persegue uma objetividade – digamos “à la Bourdieu” – que se constrói a partir do confronto entre diferentes subjetividades, preferencialmente enquadradas pela empiria dos dados estatísticos ou da observação direta. Para compreendermos a formação da classe operária – seja a inglesa ou a portuguesa – importa não perdermos de vista que antes da chegada das ideologias (e independentemente do trabalho emancipatório das mesmas) já as lutas dos trabalhadores industriais estavam em marcha. De resto, como é lembrado por historiadores da classe trabalhadora do século XIX (Thompson, 1970; Mónica, 1982), foi sobretudo a experiência coletiva e a identidade comunitária do passado que inspirou as primeiras ações do movimento operário inglês (os *ludistas*) contra o maquinismo e a economia liberal emergente que ameaçavam roubar-lhes o ganha-pão. Mesmo admitindo, com os autores citados, o viés nostálgico de muitas daquelas ações, as mesmas apontavam paralelamente “para uma ordem em que o crescimento económico fosse regulado, não pelo mero incentivo monetário, mas de acordo com prioridades éticas” (Mónica, 1982: 25), inclusive exigindo garantias de emprego para os que eram substituídos pelos novos equipamentos técnicos ou a legalização das associações sindicais, ou seja, fazendo exigências que objetivamente continham elementos incompatíveis com o modo de produção capitalista. Esta primeira geração do operariado (ainda próxima das corporações de ofício) já sonhava com uma nova ordem social e, no dizer de Thompson, anunciava já “uma economia política alternativa, embora ainda num furtivo e confuso encontro” (*apud* Mónica, 1982: 25).

É claro que as condições do trabalho industrial nos primórdios do capitalismo suscitaram, desde logo, reações contraditórias entre as promessas de um eldorado irreversível e as ameaças de um mundo satânico e opressivo vivido nos ambientes fabris. Entre a produção em cadeia no “chão de fábrica” e o impacto crescente da tecnologia cresceram as experiências partilhadas de uma classe “em-si” que, pelo menos em diversos contextos industriais, começou a politizar-se, evoluindo para o estatuto que o marxismo cunhou de “classe-para-si”, uma ideia interessante mas que só fugazmente ganhou substância.

Como defendi ao longo do artigo, a classe nunca alcançou uma plena homogeneidade (mesmo nos polos de maior concentração operária), pelo que qualquer ideia de “essência” ou sentimento intrínseco de um “interesse de classe” sempre motivou contestação, apesar da resiliência das correntes mais ortodoxas. O que houve foi a permanente busca de uma organicidade militante por parte das correntes ideológicas mais radicais, tais como o socialismo, o anarco-sindicalismo ou o comunismo. Foi num enquadramento desse tipo que, no início da década de 1920, foi fundado o Partido Comunista Português. Numa altura em que o país passou por um momento particularmente convulsivo das lutas operárias, foi o ambiente agitado que então se vivia no campo sindical que lhe serviu de berço. Conforme consta do site oficial do partido, o seu nascimento não foi resultado de

uma cisão do Partido Socialista, mas ergueu-se, essencialmente, com militantes saídos das fileiras do sindicalismo revolucionário e do anarco-sindicalismo, que representavam o que havia de mais vivo, combativo e revolucionário no movimento operário português.³

As celebrações ou evocações da Revolução Russa de 1917 foram marcadas ainda, cem anos passados, pela controvérsia entre os que diabolizam a revolução e o comunismo como a causa de todos os terríveis males que ocorreram no regime soviético (sobretudo nos tempos de Estaline) e os que continuam a sacralizá-la e aos seus “pais ideológicos”, atribuindo-lhe um carácter determinante sobre tudo o que aconteceu de bom à humanidade, em especial no que respeita às conquistas da classe trabalhadora. Essa controvérsia não deixa de demonstrar a atualidade e a influência do fenómeno ao longo dos tempos e até

³ “Como nasceu o Partido Comunista Português”, Partido Comunista Português, de 14 de junho de 2002. Consultado a 13.12.2017, em <http://www.pcp.pt/como-nasceu-partido-comunista-portugues>.

aos dias de hoje. Porém, mais do que esse fenômeno em concreto, procurei discutir algumas das transformações sociais e tecnológicas e a sua incidência sobre a classe trabalhadora atual. O princípio emancipatório de uma revolução – qualquer revolução de natureza política, social ou cultural – raramente ou nunca se traduziu, como lembrou em tempos Alain Touraine (1982), numa substituição das classes dominantes pelas dominadas, antes abriu espaço a uma reestruturação das classes e não raramente transformou antigos revolucionários em novos oligarcas. Preocupações de natureza similar levaram Friedrich Engels a afirmar em finais do século XIX que

o pior que pode acontecer com os responsáveis pelas grandes revoltas é o divórcio entre a teoria e a prática. Se a ênfase recai em demasia sobre a primeira, acaba-se por incidir no erro dogmático; se se insiste apenas na prática abandona-se os princípios [...]. Por isso, os revolucionários descobrem no dia seguinte que a revolução que fizeram não era aquela que deviam ter feito. (Engels *apud* Magalhães, 2013: 4)

Nenhuma das anteriores referências ou formulações devem ser interpretadas como expressão de qualquer juízo fatalista por parte do autor deste texto. Até porque, se as revoluções existem é porque não foi possível mudar por via pacífica⁴ e reformista. É a urgência da emancipação que abre caminho à revolução: como nos diz uma frase sábia que circula na Internet e, salvo erro, estará escrita nalgum muro: “As revoluções começam sempre num beco sem saída”. E o fator emancipatório não está necessariamente do lado de lá do muro, mas no próprio ato de saltar.

Referências bibliográficas

- Antunes, Ricardo (1999), *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Arendt, Hannah (1963), *On Revolution*. London: Penguin Books.
- Beck, Ulrich (1992), *Risk Society*. London: Sage.
- Beck, Ulrich (2000), *Un nuevo mundo feliz*. Barcelona: Paidós.

⁴ Embora se admita o papel revolucionário de movimentos pacifistas, de que é exemplo ilustrativo o movimento indiano liderado por Mahatma Gandhi, que levaria à independência do país.

- Bourdieu, Pierre (1989), “Social Space and Symbolic Power”, *Sociological Theory*, 7(1), Spring, 14-25.
- Braga, Ruy (2017), *A rebeldia do precariado. Trabalho e neoliberalismo no sul global*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Castel, Robert (1998), *As metamorfoses da questão social: uma crónica do salário*. Petrópolis: Vozes.
- Castells, Manuel (1999), *A sociedade em rede – A era da informação: economia, sociedade e cultura*, vol. 1. São Paulo: Paz e Terra.
- Castells, Manuel (2013), *Redes de indignação e de esperança. Movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Estanque, Elísio (2012), *Classe média. Ascensão e declínio*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Friedmann, Georges; Naville, Pierre (1961), *Traité de sociologie du travail*, vol. 1.. Paris: Armand Colin.
- Huws, Ursula (2009), “A construção de um cibertariado? Trabalho virtual num mundo real”, in Ricardo Antunes; Ruy Braga (orgs.), *Infoproletários. Degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo Editorial, 37-58.
- Hyman, Richard (2002), “Europeização ou erosão das relações laborais?”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62, 7-32.
- Laclau, Ernesto (1996), *Emancipatio(s)*. London/New York: Verso.
- Magalhães, Fernando (2013), “A fraqueza teórica dos movimentos sociais e a perda de massa das instituições organizadas”, Instituto Humanitas Unisinos, de 16 de julho. Consultado a 13.12.2017, em <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/521970-a-fraqueza-teorica-dos-movimentos-sociais-e-a-perda-de-massa-das-instituicoes-organizadas>.
- Mónica, Maria Filomena (1982), *A formação da classe operária portuguesa. Antologia da imprensa operária (1850-1934)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- OECD (2016a), *OECD Science, Technology and Innovation Outlook 2016*. OECD Publishing. Consultado a 13.12.2017, em http://dx.doi.org/10.1787/sti_in_outlook-2016-en.
- OECD (2016b), *Entrepreneurship at a Glance 2016*. OECD Publishing. Consultado a 15.12.2017, em http://dx.doi.org/10.1787/entrepreneur_aag-2016-en.
- Paugam, Serge (2000), *Le salarié de la précarité*. Paris: PUF – Presses Universitaires de France.

- Poulantzas, Nicos (1971), *Poder político e classes sociais*. Porto: Portucalense.
- Standing, Guy (2014), *O precariado. A nova classe perigosa*. Lisboa: Editorial Presença.
- Silva, Manuel Carlos (2009), *Classes sociais: condição objectiva, identidade e acção colectiva*. Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- Silva, Manuel Carlos; Sobral, José Manuel (orgs.) (2013), *Etnicidade, nacionalismo e racismo*. Porto: Edições Afrontamento.
- Skocpol, Theda (1979), *States and Social Revolutions. A Comparative Analysis of France, Russia, and China*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Thompson, Edward Palmer (1970), *The Making of the English Working Class*. London: Penguin Books.
- Tilly, Charles (1978), *From Mobilization to Revolution*. Reading, Massachusetts: Addison-Wesley Publishing Company.
- Touraine, Alain (1982), *Pela sociologia*. Lisboa: Dom Quixote.
- Valenduc, Gérard; Vendramin, Patricia (2016), “Work in the Digital Economy: Sorting the Old from the New”, ETUI – European Trade Union Institute, Working Paper. Consultado a 18.12.2017, em <https://www.etui.org/Publications2/Working-Papers/Work-in-the-digital-economy-sorting-the-old-from-the-new>.
- Weber, Max (1982), *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora.
- World Economic Forum (2016), *The Future of Jobs. Employment, Skills and Workforce Strategy for the Fourth Industrial Revolution*. Global Challenge Insight Report, January.
- Zambrana, Luiza (2016), “A Associação Brasileira de Startups completa 5 anos”, ABStartups, de 1 de março. Consultado 18.12.2017, em <https://abstartups.com.br/2016/03/01/cinco-anos-abstartups/>.